

## ***OTC-Organização dos Trabalhadores Científicos***

*Rua Capitão Ramires, 6-4ºF* 1000-085 Lisboa, Portugal

NIF 500888825

Website: <https://otc.pt/wp/>

Facebook: [www.facebook.com/otc.pt](http://www.facebook.com/otc.pt)

Instagram: <https://www.instagram.com/otc.ciencia/>

Canal YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCc6D6jMs02t9-rcZJL6V2YA>

e-mail: [contacto@otc.pt](mailto:contacto@otc.pt)

### **Na extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

## **Manifesto em Defesa da Ciência, da Liberdade Académica e dos Trabalhadores Científicos**

No momento em que o Governo português anuncia a extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e da Agência Nacional de Inovação (ANI), para dar lugar a uma única nova entidade, sem qualquer consulta à comunidade científica, às suas organizações e estruturas representativas profissionais e sindicais, importa tomar posição.

É cedo para avaliar todas as consequências desta reestruturação. No entanto, a forma como foi conduzida, sem transparência, sem debate, sem diálogo, levanta sérias dúvidas sobre os seus reais objetivos e consequências. No auge da época dos incêndios, arde agora a FCT. É caso de fogo posto.

A ciência, o conhecimento, a investigação e o desenvolvimento estão no cerne do progresso humano e do bem-estar colectivo. Numa sociedade cada vez mais estruturada pelo saber científico e tecnológico, os trabalhadores da ciência são pilares essenciais do desenvolvimento económico, social e cultural.

Os investigadores têm uma responsabilidade social inegável: partilhar conhecimento, aconselhar os decisores políticos, informar o debate público e contribuir para sociedades mais justas, esclarecidas e democráticas. É através do seu trabalho que se torna possível enfrentar os grandes desafios do nosso tempo, das alterações climáticas à saúde pública, da transição energética à justiça social, da inteligência artificial à manutenção da paz.

Mas a realidade do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia é marcada, há décadas, por duas grandes fragilidades estruturais:

- O subfinanciamento crónico das instituições de investigação e de ensino superior;
- A precariedade generalizada do pessoal investigador e, em boa medida, também do pessoal docente.

Estas fragilidades, longe de estar em vias de resolução, têm vindo a agravar-se, sendo que o número de investigadores aumentou substancialmente no sector público, mas os fundos atribuídos às instituições que os empregam (universidades, centros de investigação e laboratórios do Estado) não acompanharam esse crescimento. O resultado é um sistema sobrecarregado, instável e sem horizonte.

A FCT, aliás o Estado, há muito se revelou incapaz de gerir eficazmente os escassos recursos disponíveis, com práticas administrativas ineficazes e regras de funcionamento que nunca foram seriamente reformadas. Mas extinguir a FCT, sem um debate democrático informado e profundo, é uma decisão grave e arriscada. Nada garante que a nova estrutura não mantenha os mesmos vícios da anterior, ou crie outros novos. Atente-se ainda na situação que vai ser colocada aos trabalhadores actuais da FCT e da ANI no que respeita a eventuais futuros contratos de trabalho com a nova Instituição, a Agência para a Inovação e Investigação, e que pode traduzir-se na perda de vínculo ao sector público.

A ausência total de debate com a comunidade científica é um sinal preocupante e inaceitável. Organizações juridicamente reconhecidas, que há anos propõem soluções e alertam para os bloqueios do sistema, foram ignoradas. Iniciativas parlamentares sobre estas matérias têm sido sistematicamente boicotadas. Perante um historial de surdez e cegueira políticas, não há razão para confiar que o futuro traga melhorias. Antes pelo contrário, até pelos compromissos orçamentais com despesas militares já assumidos pelo actual governo.

Está desde já em risco o calendário de concursos e financiamentos essenciais às unidades de investigação — nomeadamente o concurso geral anunciado para Novembro — e teme-se que os fluxos financeiros regulares venham a ser perturbados. Esta incerteza põe em causa a sobrevivência de muitas equipas e projectos científicos no país.

A Organização dos Trabalhadores Científicos realizou recentemente um estudo a nível internacional sobre as condições laborais na ciência. Os resultados são claros: precariedade, instabilidade e desvalorização atingem uma parte significativa da comunidade científica global, comprometendo não apenas os seus direitos, mas o próprio futuro do conhecimento.

A estabilidade do emprego é condição essencial da liberdade científica. Um investigador precário não pode exercer plenamente a sua cidadania, nem comprometer-se com a missão de construir conhecimento útil à sociedade. A liberdade académica é um pilar da democracia: os cientistas devem poder escolher os seus temas de estudo, investigar e comunicar livremente, sem medo de censura, pressão política ou retaliação, sem naturalmente esquecer as necessidades económicas, sociais e culturais do país.

A actuação dos órgãos de soberania é determinante para a consolidação e o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que sirva o País e o progresso do conhecimento em todos os domínios científicos. Num sistema democrático o Estado deve assumir as responsabilidades que lhe cabem na prossecução desse objectivo sem os desvios e taras que com frequência afligem qualquer gestão autocrática dos destinos de um país.

Assim e com a experiência vivida das mazelas que importa combater, exigimos:

- Financiamento público suficiente, estável e transparente para os sistemas científicos, com investimento de longo prazo e criação de emprego qualificado;
- Remuneração justa e condigna, que permita aos cientistas dedicar-se integralmente à sua missão;
- Garantia plena da liberdade académica, com protecção legal contra a censura, a repressão e a instrumentalização do conhecimento;

- Promoção do acesso aberto a dados e publicações científicas, fortalecendo a partilha de saberes e a colaboração internacional;
- Igualdade de oportunidades no acesso à ciência e ao ensino, combatendo desigualdades sociais e de género, com especial atenção às mulheres cientistas;
- Proteção da integridade física e moral dos trabalhadores científicos, em particular em contextos de guerra ou conflito armado;
- Autonomia financeira e administrativa das instituições científicas e académicas, com orçamentos de base que permitam planear, contratar e investigar com estabilidade;
- Democratização da governação das instituições de ensino superior e investigação, devolvendo voz a quem nelas trabalha.

Relembramos: sem ciência, não há futuro.

Nenhum país pode enfrentar as crises atuais — climática, sanitária, económica, geopolítica — sem valorizar, proteger e investir no conhecimento.

A extinção da FCT e da ANI, feita à margem de qualquer debate democrático, é um sinal de alarme.

Não aceitamos o silenciamento da comunidade científica.

Não aceitamos a desvalorização do conhecimento.

Não aceitamos a precariedade como norma.

Em defesa da ciência. Em defesa da democracia. Em defesa do futuro.

A Direcção

8 de Agosto de 2025